

PUBLICADO EM RESUMO NO DOE DE 20/12/2018

## **PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS**

Processo TCM nº **03391e18**

Exercício Financeiro de **2017**

Prefeitura Municipal de **SENTO SÉ**

**Gestor: Ana Luiza Rodrigues da Silva Passos**

Relator: **Conselheiro Relator Subst. Cláudio Ventin**

Redator do Pleno: **Conselheiro Plínio Carneiro Filho**

### **PARECER PRÉVIO**

**Opina pela aprovação, porque regulares, porém com ressalvas**, das contas da Prefeitura Municipal de SENTO SÉ, relativas ao exercício financeiro de 2017.

Em sessão Plenária de 18/12/2018 foi vencido o pronunciamento do Conselheiro Relator Subst. Cláudio Ventin, sendo apresentado pelo Conselheiro Plínio Carneiro Filho, na mesma sessão, o presente voto aprovado pela maioria plenária:

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 75, da Constituição Federal, art. 91, inciso I, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso I da Lei Complementar nº 06/91, e levando em consideração, ainda, as colocações seguintes:

**Voto pronunciado pelo Conselheiro Plínio Carneiro na Sessão Plenária de 18.12.18, em razão da divergência proferida, com nova redação implementada, desta vez pela aprovação, todavia com ressalvas, tendo em vista o limite da despesa realizada com pessoal ter atingido patamar aceitável, pela maioria do Pleno.**

#### **1. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Sento Sé**, concernentes ao exercício financeiro de 2017, da responsabilidade da **Sra. Ana Luiza Rodrigues da Silva Passos**, ingressaram eletronicamente neste Tribunal de Contas, através do e-TCM, sob o nº 03391e18, **cumprindo-se, assim, o que dispõe o art. 55 da Lei Complementar nº 06/91.**

Encontra-se nos autos, documento comprobatório da disponibilidade pública das referidas contas, para exame e apreciação, juntamente com as contas do Poder Legislativo, pelo período de 60 dias, através do endereço eletrônico "<http://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>", **cumprindo o estabelecido no art. 31 § 3º da Constituição Federal (CF), nos arts. 63 e 95, § 2º da Constituição Estadual e no art. 54 da Lei Complementar nº 06/91.**

Registre-se que os documentos encaminhados foram recepcionados através do processo eletrônico e-TCM, conforme regulamentações estabelecidas nas Resoluções TCM nºs. 1337/2015 e 1338/2015.

Após o seu ingresso na sede deste Tribunal, foram os autos acrescidos de diversos documentos necessários à composição das contas anuais.

Assinala-se que as contas em comento são compostas também pelo Relatório Anual/Cientificação (RA), emitido pela Inspeção Regional a que o Município encontra-se jurisdicionado, elencando as irregularidades remanescentes do acompanhamento da execução orçamentária e financeira, bem como o Pronunciamento Técnico elaborado pela Unidade Técnica competente, estando disponíveis no **e-TCM – Plataforma de Processos Eletrônicos e no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA**.

Procedido o sorteio em Sessão Plenária desta Corte de Contas, foi de imediato providenciado por esta Relatoria a conversão do processo em diligência externa, com o objetivo de conferir a Gestora a oportunidade de defesa, consubstanciada pelo art. 5º, inciso LV, da CRFB, o que foi realizado através do Edital nº 573, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, edição de 12/11/2018.

Atendendo ao chamado desta Corte, a Gestora, tempestivamente, anexou na **pasta “Defesa à Notificação Anual da UJ”**, arrazoado acompanhado de vários documentos que julgou necessários para esclarecimentos dos fatos.

Após análise desta Relatoria, das justificativas e documentos apresentados pelo Gestor, corroborados com consultas realizadas no e-TCM – Plataforma de Processos Eletrônicos e no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, restam identificados os seguintes registros:

## **2. DOS EXERCÍCIOS PRECEDENTES**

As Prestações de Contas dos **exercícios anteriores**, não estavam sob a responsabilidade da atual Prefeita a **Sra. Ana Luiza Rodrigues da Silva Passos**, considerando que seu mandato teve início em **01/01/2017**.

## **3. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

Os principais instrumentos utilizados pelo governo municipal para promover o planejamento, a programação e o orçamento foram o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Nesse contexto, o Plano Plurianual – PPA, entendido como o instrumento utilizado pelo Chefe do Executivo Municipal para estabelecer diretrizes, objetivos e metas quanto à realização de despesas de capital e outras dela decorrentes, assim como das relativas aos programas de duração continuada, passa a ser o alicerce do sistema de administração financeira dos Municípios.

O Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio de **2014 a 2017**, foi instituído mediante Lei Municipal nº 293, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e no art. 159, parágrafo 1º da Constituição Estadual, sendo sancionada pelo Executivo em 29/07/2013.

O capítulo da Lei de Responsabilidade Fiscal dedicado ao planejamento dá destaque para o instrumento denominado Diretrizes Orçamentárias, cujas finalidades, inicialmente determinadas no art. 165, § 2º, da Constituição da República, foram ampliadas, conforme se depreende do art. 4º daquela Lei.

A Lei Municipal nº 296, sancionada pelo Executivo em 07/07/2016, aprovou as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2017, contemplando as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, em cumprimento ao parágrafo 2º, art. 165 da Constituição Federal, **sendo publicada, em atendimento ao disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

A Lei Orçamentária Anual é o diploma que estabelece limites de despesas, em função da receita estimada para o exercício financeiro a que se referir, obedecendo aos princípios da unidade, universalidade e anuidade.

O Orçamento para o exercício financeiro de 2017 foi aprovado mediante Lei Municipal nº 298, de 27/12/2016, estimando a receita em R\$ 81.000.000,00 e fixando a despesa em igual valor, sendo R\$ 64.496.000,00 referentes ao Orçamento Fiscal e R\$ 16.504.000,00 relativos ao da Seguridade Social, **sendo devidamente publicado em observância disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

A Lei Orçamentária autorizou abertura de créditos adicionais suplementares nos limites e com a utilização dos recursos abaixo indicados:

- a) 100% da anulação parcial ou total das dotações;
- b) 100% do superávit financeiro;
- c) 100% do excesso de arrecadação.

Encontra-se nos autos o Decreto nº40, de 02/02/2017, que aprovou a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2017, **em cumprimento ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/00 - LRF.**

Acompanha os autos o Decreto nº 39, de 02/02/2017, que dispõe sobre o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD.

#### **4. DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Para ajustar as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual às novas necessidades sobrevindas no decorrer do exercício financeiro, os gestores públicos fazem uso das alterações orçamentárias.

#### **CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

De acordo com informações registradas nos autos, Relatadas pelo Pronunciamento Técnico, e considerando as justificativas e novas peças remetidas na diligência final, verifica-se que devidamente autorizados na Lei Orçamentária Anual, foram abertos através de Decretos do Poder Executivo créditos adicionais suplementares no total de R\$ 33.517.121,83, sendo R\$ 28.248.487,27 por anulação de dotação, R\$

5.268.634,56 por excesso de arrecadação, estando esses valores devidamente contabilizados no Demonstrativo Consolidado da Despesa de dezembro/2017.

**Assim, tendo em vista as falhas técnicas constatadas, adverte-se a Administração Municipal para a necessidade de acompanhamento técnico na abertura e contabilização de créditos adicionais, de modo a cumprir com absoluto rigor o quanto prescrito na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, bem como na vigente Constituição da República Federativa do Brasil.**

#### **ALTERAÇÕES DO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD**

Mediante Atos do Poder Executivo, ocorreram alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD no montante de R\$ 390.697,00, tendo sido contabilizadas, conforme Demonstrativos de Despesa, em igual valor.

#### **5. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia instituiu através da Resolução TCM nº 1255/07 uma nova estratégia de Controle Externo, com a implantação do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, desenvolvido em modelo WEB, para recepcionar, por meio da *internet*, dados e informações mensais e anuais sobre a execução orçamentária e financeira das entidades fiscalizadas.

Esta ferramenta possibilita ao Tribunal aprimorar o desempenho de sua função de orientar, fiscalizar, controlar a aplicação dos recursos públicos e de acompanhar o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Resolução TCM nº 1282/09 dispõe sobre a obrigatoriedade de os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal remeterem ao Tribunal, pelo SIGA, os dados e informações da gestão pública municipal, na forma e prazos exigidos, a partir do exercício de 2010.

A Inspeção Regional de Controle Externo – IRCE deste Tribunal, sediada em Juazeiro, acompanhou, por via documental e pelo Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, a execução orçamentária e financeira das contas ora em apreciação, oportunidade em que irregularidades foram apontadas e levadas ao conhecimento do Gestor, mediante notificações, que após justificadas remanesceram algumas delas, registradas no sistema SIGA, módulo “Analisador”. Da sua análise, destacam-se os seguintes achados:

- Casos de **ausência** de inserção, **inserção incorreta** ou **incompleta de dados no SIGA, em inobservância à Resolução TCM nº 1282/09**. Chama-se atenção da Administração para que a reincidência das divergências identificadas no referido Sistema poderá ensejar a aplicação de multa, como também poderá comprometer o mérito de Contas futuras da Entidade.

- Casos de utilização de fonte de recursos para pagamento de despesas (“Fonte Conta Pagadora”) divergentes das indicadas no “Empenho”, **em descumprimento à Resolução TCM nº 1268/08.**
- Em diversos Processos de Pagamento de folhas de pessoal, verificou-se a ausência da efetiva comprovação dos créditos individuais nas contas dos servidores, **descumprindo o disposto no art. 4º, § 1º, alínea “e”, da Resolução TCM nº 1060/05.**
- Diversos casos de ausência de planilhas com detalhamento das quilometragens e quantidades de combustíveis por veículos abastecidos; ausência de documentação de veículos locados; manutenção de veículos sem a devida identificação; ausência de identificação de veículo atendido em abastecimento.
- Descumprimento das regras atinentes à execução da despesa, contrariando-se frontalmente a **Lei Federal nº 4.320/64, tendo como consequência apenação pecuniária que será aplicada ao final deste Voto. Tais regras devem ser rigorosamente observadas pela Administração, evitando-se, com isso, prejuízos ao Município.**
- Contratação de serviços não atendendo à fundamentação descrita no art. 25, II, da Lei nº 8666/93, para contratação direta por inexigibilidade de licitação; ausência de cotação de preços para a aquisição de bens e serviços; ausência de ampla publicidade de Edital de Pregão Presencial, entre outras falhas e/ou irregularidades em procedimentos licitatórios, **em descumprimento às determinações estabelecidas pela Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Tais regras devem ser rigorosamente observadas pela Administração, evitando-se, com isso, prejuízos ao Município.**

## **6. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 437 e a Conjunta nº 02 (STN/SOF), de 2012, aprovaram a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, para vigência no exercício de 2013.

Esse Manual estabelece que as Demonstrações Contábeis têm como objetivo padronizar os conceitos, as regras e os procedimentos relativos às demonstrações contábeis do setor público a serem observados pelos Municípios, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas no âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Na esfera deste Tribunal de Contas, as alterações inerentes ao PCASP foram recepcionadas nos termos da Resolução TCM nº 1316/12, que disciplina a obrigatoriedade da sua adoção pelos órgãos e entidades públicas municipais, inclusive as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista instituídas e mantidas pelo poder público, a partir do exercício de 2013, para a efetivação dos registros de seus atos e fatos contábeis.

## **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – DHP**

Cumpra registrar que as Demonstrações Contábeis foram assinados pelo Contabilista, Sr. Gilmar Oliveira Paz Landim, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, sob nº BA-042956/O-7, sendo apresentada Certidão de Regularidade Profissional, **conforme estatui a Resolução CFC nº 1.402/12.**

### CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

Assinale-se que as Demonstrações Contábeis e Anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, que compõem a presente Prestação de Contas, foram apresentados de forma consolidada, **atendendo ao que dispõe o inciso III, do art. 50 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo que confronta as receitas e despesas previstas com as realizadas. No exercício financeiro de 2017, o Município apresentou uma Receita Arrecadada de R\$ 80.293.208,78 e uma Despesa Realizada de R\$ 86.266.234,56, demonstrando um **déficit orçamentário de execução de R\$ 5.973.025,78, configurando, assim, desequilíbrio das Contas Públicas.**

#### Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar

Devem fazer parte integrante ao Balanço Orçamentário, dois quadros demonstrativos: um relativo aos restos a pagar não processados (Anexo I), outro alusivo aos restos a pagar processados (Anexo II), com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço.

Assinala o Pronunciamento Técnico que **constam** nos autos os Anexos referentes aos restos a pagar processados e não processados, **cumprindo o estabelecido no MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público).**

### BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro tem por objetivo demonstrar os ingressos e dispêndios de recursos de naturezas orçamentária e extraorçamentária no período, conjugados com o saldo de caixa proveniente do exercício anterior, para, ao final, indicar o montante das disponibilidades para o ano seguinte, conforme disposto:

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)	ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
Receita Orçamentária	80.293.208,78	Despesa Orçamentária	86.266.234,56
Transferências Financeiras recebidas	19.844.382,18	Transferências Financeiras concedidas	19.844.382,18
Recebimentos Extraorçamentários	15.504.558,52	Pagamentos Extraorçamentários	8.347.070,03
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4.824.105,04	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	6.687.730,66
Depósitos restituíveis e	10.680.453,48	Outros Pagamentos	73.251,28

Valores Vinculados Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	Extraorçamentários Ajuste Financeiro	1.586.088,09
Saldo do Período Anterior	2.346.369,69	Saldo para o exercício seguinte	3.530.832,40
<b>TOTAL</b>	<b>117.988.519,17</b>	<b>TOTAL</b>	<b>117.988.519,17</b>

Saldo do Período Anterior do Balanço Financeiro 2017 que **registra R\$ 2.346.369,69 não corresponde ao Saldo para o Exercício Seguinte do Balanço Financeiro do Exercício 2016 de R\$ 4.523.843,20, apresentado no processo eTCM 14832e17, doc 91, pasta Defesa da Notificação da UJ. Uma divergência R\$ 2.177.473,51 a merecer esclarecimentos.**

**As justificativas ofertadas não foram comprovadas com os documentos devidos. Conclui-se, portanto, que o Anexo 13 apresenta lançamentos inconsistentes, o que nos leva a considerar que a peça contém irregularidades.**

### BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra o ATIVO com os saldos das contas relativas aos bens e direitos e o PASSIVO com os saldos das obrigações das entidades públicas, evidenciando também o **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** do Exercício. O Anexo 14, no exercício de 2017 apresentou os seguintes valores:

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)	ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	6.770.350,83	PASSIVO CIRCULANTE	32.681.563,69
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	21.969.591,49	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	43.545.903,67
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-47.487.525,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.739.942,32</b>	<b>TOTAL</b>	<b>28.739.942,32</b>

Anexo 14 da Lei nº 4.320/64

ATIVO FINANCEIRO	3.530.832,40	PASSIVO FINANCEIRO	32.689.079,91
ATIVO PERMANENTE	25.209.109,92	PASSIVO PERMANENTE	44.096.478,11
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>-48.045.615,70</b>

### ATIVO CIRCULANTE

#### Saldo em Caixa e Bancos

O Termo de Conferência de Caixa indica saldo em espécie no montante de R\$ 3.510.088,12. Esse valor **não corresponde ao saldo registrado no Balanço Patrimonial de 2017, que registra saldo de R\$ 3.530.832,40, uma divergência de R\$ 20.744,28 que representa o saldo do SAAE. Porém conforme Item 4.5.1.1 do Pronunciamento Técnico do SAAE, processo 07227e18, foi considerado o valor de R\$ 18.244,28. Para efeito da apuração do equilíbrio fiscal (item 4.7.3.2 do Pronunciamento), será considerado o saldo de R\$ 3.510.088,12, seguindo o**

**declarado pelo Gestor, somado ao saldo de R\$ 18.244,28 do SAAE, totalizando R\$ 3.528.332,40.**

O referido Termo foi lavrado no último dia útil do mês de dezembro do exercício em referência, por Comissão designada pelo Gestor, através d Decreto nº 336/2017, **cumprindo o disposto no art. 9º, item 20, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

### **Créditos a Receber**

Assinala o Pronunciamento Técnico que a Entidade **não adotou** os procedimentos patrimoniais de reconhecimento pelo Regime de Competência dos valores a receber decorrentes das variações patrimoniais aumentativas oriundas de Receitas.

**Recomenda-se que a Administração adote medidas de estruturação dos setores de arrecadação, tesouraria e contabilidade, possibilitando a identificação, registro e controle dos créditos tributários e demais valores a receber de forma que os demonstrativos contábeis possam evidenciá-los, cumprindo as determinações normativas e garantindo a transparência das informações contábeis.**

### **Demais Créditos a Curto Prazo**

O subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” registra saldo de R\$ 3.238.198,43, destacando-se a conta de “Responsabilidade” no valor de R\$ 2.177.473,51.

Questiona o Pronunciamento Técnico a origem dos registros e das ações que estão sendo implementadas para regularização das contas de responsabilidade, por se tratarem de valores a recuperar de terceiros.

Apesar das justificativas apresentadas pela Gestora em sua defesa, observa-se que foi apresentada ações de parte do montante questionado, assim, **adverte-se a atual Administração Municipal para adoção das providências necessárias para a apuração das pendências assinaladas e retorno dos recursos ao Tesouro Municipal, inclusive, pela via judicial, se necessário. Fica expressamente advertida que o não atendimento do quanto determinado implicará na responsabilização pessoal da atual Gestora, podendo repercutir no mérito das suas Contas.**

## **ATIVO NÃO-CIRCULANTE**

### **Dívida Ativa**

Foi apresentado o Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, contendo saldo do exercício anterior, as movimentações de inscrições e baixas do exercício, segregando as dependentes das independentes da execução do orçamento, e o saldo final, **de acordo com o disposto no item 40, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

Conforme Anexo II – Resumo Geral da Receita, no exercício financeiro em exame, houve arrecadação de dívida ativa no valor de R\$ 394.039,10, o que representa somente 27% do saldo do anterior de R\$ 1.454.310,01 conforme registrado no Balanço Patrimonial de 2016.



Questiona o Pronunciamento Técnico as **medidas que estão sendo adotadas para atendimento ao disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/00 (LRF).**

Apesar das justificativas apresentadas, a **baixa cobrança da Dívida Ativa Tributária** demonstra a necessidade de maior empenho do Gestor, no particular. Destaque-se que, pelo art. 10, inciso X, da Lei nº 8.429/92, o descaso e a negligência na arrecadação de tributos caracterizam-se como ato de improbidade administrativa. A pena prevista para o descumprimento do mandamento legal encontra-se no inciso II, do art. 12 desta Lei.

Diremos, além disso, que de acordo com o art. 11, da Lei Complementar nº 101/00, “constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação”.

Registre-se, também, que a relação de valores e títulos da dívida ativa, **não atende ao disposto no item 28, do art. 9º da Resolução TCM nº 1060/05,**

#### **Atualização da Dívida Ativa**

Da análise do Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Variações Aumentativas, verifica-se que não há qualquer evidência de ter ocorrido atualização monetária da Dívida Ativa. Cabe chamar atenção ao que o MANUAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO, aprovado por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, estabelece:

**"Os créditos inscritos em Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais,** que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada no mínimo mensalmente, de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente." (grifo nosso)

**Deve a Administração Municipal adotar as medidas necessárias ao seu cumprimento em exercícios futuros.**

#### **Movimentação dos Bens Patrimoniais**

Foi apresentado o Demonstrativo dos bens móveis e imóveis, por categoria, contendo saldo do exercício anterior, as movimentações de incorporação e baixas do exercício, segregando as dependentes das independentes da execução do orçamento, e o saldo final, **de acordo com o disposto no item 41, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

Os Bens Patrimoniais do exercício anterior totalizam R\$ 19.947.328,36. Com a movimentação patrimonial do exercício, o saldo final resultou em R\$ 20.658.177,64 que corresponde à variação positiva de 3,56%, em relação ao exercício anterior.

#### **Relação dos Bens Patrimoniais do exercício**

**Foi apresentada** a relação dos bens adquiridos no exercício com os respectivos valores registrados no ativo não circulante, indicando-se a sua alocação e números dos respectivos tombamentos.

**Não foi encaminhada** a certidão, firmada pelo Prefeito, pelo Secretário de Finanças e pelo Encarregado do Controle de Patrimônio, contendo o total dos bens patrimoniais de forma segregada, evidenciando o total da depreciação, exaustão e amortização, conforme o caso, atestando que todos os bens do município (ativo não circulante) encontram-se registrados e submetidos ao controle apropriado, estando, ainda, identificados por plaquetas, **descumprindo-se, assim, ao disposto no item 18 do art. 9º da Resolução TCM nº 1.060/05.**

#### **Depreciação, amortização e exaustão**

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9, estabelece que a “Depreciação” reduz o valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Analisando o Balanço Patrimonial do exercício sob exame, verifica-se que a entidade **não procedeu** ao registro da depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes à Entidade, o que compromete sua real situação patrimonial.

**Chamamos atenção da Administração Municipal no sentido que adote ações para estruturação do Setor de Patrimônio, objetivando um criterioso controle dos bens patrimoniais da entidade de forma analítica, nos termos art. 94 da Lei 4.302/64, devendo constar no Balanço Patrimonial os registros sintéticos correspondentes, inclusive com o reconhecimento da depreciação/amortização/exaustão, em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas pela NBCT 16.9.**

#### **Investimentos**

Conforme Contrato de Rateio nº 04/2017, foi pactuado com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do São Francisco um investimento em 2017 de R\$ 26.000,00, porém conforme registros no SIGA foram transferidos pelo município ao Consorcio o total de R\$ 28.000,00,

#### **PASSIVO**

Foi encaminhada a relação analítica dos elementos que compõe os passivos circulante e não circulante, **de acordo com o disposto no item 19, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

#### **Passivo Circulante**

Foi apresentada a relação dos Restos a Pagar, **de acordo com o disposto no item 29, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05.**

#### **Restos a Pagar x Disponibilidade Financeira**

Os Restos a Pagar constituem-se em dívidas de curto prazo e, portanto, necessitam, no final de cada exercício, de disponibilidade financeira (Caixa e Bancos) suficiente para cobri-los.

Essa determinação está literalmente expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 42) para o último ano de mandato. Todavia, o entendimento para os demais exercícios financeiros é perfeitamente válido, pois os mecanismos de avaliação bimestral e de limitação de empenho objetivam a adequação das despesas à efetiva capacidade de caixa.

Assinala o Pronunciamento Técnico que da análise do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado no quadro abaixo, ficou evidenciado que **não há saldo suficiente para cobrir as despesas compromissadas a pagar no exercício financeiro em exame, contribuindo para o desequilíbrio fiscal da entidade.**

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	NOTAS
Caixa e Bancos	3.528.322,40	1
(+) Haveres Financeiros	2.858,87	2
<b>(=) Disponibilidade Financeira</b>	<b>3.531.191,27</b>	<b>3</b>
(-) Consignações e Retenções	24.948.945,20	4
(-) Restos a Pagar de exercícios anteriores	1.789.543,13	5
<b>(=) Disponibilidade de Caixa</b>	<b>-23.207.297,06</b>	<b>6</b>
(-) Restos a Pagar do Exercício	4.824.105,04	7
(-) Restos a Pagar Cancelados	71.291,85	8
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	8.671,77	9
(-) Baixas Indevidas de Dívidas de Curto Prazo	44.096.478,11	10
<b>(=) Total</b>	<b>-72.207.843,83</b>	<b>11</b>

NOTAS:

- 1) Caixa e Bancos: saldos de Caixa e Bancos registrados no Balanço Patrimonial de 2017, no grupo "Ativo Circulante", confrontados com os saldos dos termos de conferência de caixa, extratos e conciliações bancárias (saldo apurado conforme destacado no tópico 4.7.1.1 do Pronunciamento);
- 2) Haveres Financeiros: saldos das contas de Salário Família e Salário Maternidade constantes no Demonstrativo Consolidado das Contas do Razão de 2017, no subgrupo "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", por representarem valores a receber líquidos e certos;
- 3) Disponibilidade Financeira: somatório de Caixa e Bancos (nota 1) e Haveres Financeiros (nota 2);
- 4) Consignações e Retenções: saldos apurados conforme Anexo 17 da Lei nº 4.320/64, confrontados com os registrados no Balanço Patrimonial de 2017, no grupo "Passivo Circulante";
- 5) Restos a Pagar de exercícios anteriores: saldos apurados nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário de 2017, confrontados com o Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 e com os apresentados na Relação de Restos a Pagar Processados e Não Processados;
- 6) Disponibilidade de Caixa: saldo da Disponibilidade Financeira (nota 3) subtraído das Consignações e Retenções (nota 4) e dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (nota 5);
- 7) Restos a Pagar do exercício: saldos contabilizados no Balanço Orçamentário de 2017, confrontados com os registrados no Anexo 17 da Lei nº 4.320/64, Demonstrativo de Despesa Consolidado de 2017 e na Relação de Restos a Pagar Processados e Não Processados;
- 8) Restos a Pagar Processados e Não Processados Cancelados: valores dos cancelamentos de Restos a Pagar, que estejam desacompanhados dos correspondentes Processos Administrativos que os fundamentaram;
- 9) Despesas de Exercícios Anteriores: pagamento de despesas que não foram inscritas em Restos a Pagar no último ano de mandato, mas que foram empenhadas e pagas como Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, registradas no Sistema SIGA no exercício de 2018;

10) Baixas indevidas de Dívidas de Curto Prazo: baixa indevidas de Dívidas de Curto Prazo e inscrição como dívida fundada (longo Prazo) sem autorização legislativa e sem apresentar o processo administrativo, acompanhado de contratos e certidões comprobatórias do correspondente parcelamento. Passivo permanente, desacompanhado de certidões e computadas para cálculo do Art 42 da LRF, conforme relacionadas no item 4.7.4. ;

11) Saldo: saldo da Disponibilidade de Caixa (nota 6) subtraído dos Restos a Pagar do exercício (nota 7), dos Restos a Pagar Cancelados (nota 8), das Despesas de Exercícios Anteriores (nota 9) e das Baixas não Comprovadas de Dívidas de Curto Prazo (nota 10).

Na oportunidade da diligência final foram apresentadas justificativas, sendo examinadas por esta Relatoria e constatado que **não** foi descaracterizado o desequilíbrio fiscal apresentado.

### **Passivo Não Circulante**

Conforme Anexo 16, a Dívida Fundada Interna apresenta saldo anterior de R\$ 44.780.005,45, havendo no exercício em exame a inscrição de R\$ 673.727,55 e a baixa de R\$ 1.357.254,89, remanescendo saldo no valor de R\$ 44.096.478,11, que corresponde ao saldo do Passivo Permanente registrado no Balanço Patrimonial.

Não constam nos autos, os comprovantes dos saldos das dívidas registradas nos passivos circulante e não circulante, referentes às contas de atributo "P" (permanente), em **descumprimento ao item 39, art. 9º, da Resolução TCM nº 1.060/05, alterada pela Resolução TCM nº 1.331/14.**

### **PRECATÓRIOS JUDICIAIS**

Anota o Pronunciamento Técnico que o Balanço Patrimonial do exercício de 2017, demonstra saldo de Precatórios Judiciais no montante de R\$ 2.053.068,71, constando dos autos a relação dos beneficiários em ordem cronológica de apresentação dos precatórios, acompanhada dos respectivos valores, **conforme determinam o art. 10 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF e o item 39, do art. 9º da Resolução TCM nº 1060/05.**

### **AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, as Instruções de Procedimentos Contábeis nº 00 (IPC), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estabelecem que:

17. De acordo com a parte II do MCASP, todos os ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deverão ser realizados à conta de ajuste dos exercícios anteriores, pertencente ao patrimônio líquido, e evidenciado em notas explicativas, de modo a não impactar o resultado do período a que se referem tais ajustes iniciais.

18. Assim, é importante destacar que, primeiramente, o órgão ou a entidade, deve realizar os ajustes necessários para que o balanço patrimonial reflita a realidade dos seus elementos patrimoniais. Além disso, todos esses ajustes efetuados deverão ser devidamente evidenciados em notas explicativas.

Aponta o Pronunciamento Técnico que o Balanço Patrimonial de 2017 não registra a conta “Ajuste de Exercícios Anteriores”.

### DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Lei de Responsabilidade Fiscal enfatiza o controle do nível de endividamento público, indicando a necessidade da observância dos limites. As normas que estabelecem regras sobre endividamento dos Municípios, além da Lei Complementar nº 101/00 – LRF, são as Resoluções do Senado Federal nºs 40/01 e 43/01.

De acordo com valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício, a Dívida Consolidada Líquida do Município foi correspondente a R\$ 45.389.391,88, representando 56,84% da Receita Corrente Líquida de R\$ 79.853.631,27, situando-se no limite de **1,2** vezes a Receita Corrente Líquida, **em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 3º da Resolução nº 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.**

### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, conforme demonstrado:

Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$)	Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$)	Déficit (R\$)
107.432.650,29	112.405.388,55	4.972.688,26

### RESULTADO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial do exercício anterior, registra o Patrimônio Líquido deficitário de **R\$ 40.928.748,69**, que diminuído do Déficit verificado no exercício de 2017, no valor de **R\$ 4.972.738,26**, evidenciado na DVP, resulta num Patrimônio Líquido deficitário acumulado de **R\$ 45.901.486,95**, **porém o Balanço Patrimonial/2017 registra Patrimônio Líquido Deficitário de R\$ 47.487.525,04, uma divergência de R\$ 1.586.038,09.**

**Concluindo a análise das Demonstrações Contábeis, adverte-se o Gestor para a necessidade da apresentação, sempre que necessário, de notas explicativas visando o cumprimento das determinações normativas e garantindo a transparência das informações contábeis, evitando-se assim, futuros questionamentos que poderão repercutir no mérito das suas Contas.**

**Quanto as providências de regularização dos valores lançados incorretamente ou não demonstrados nos Anexos deverão ser tomadas no exercício**

**financeiro de 2017, com os ajustes devidos, para exame quando da apreciação das contas respectivas, devendo acompanhar notas explicativas sobre o assunto.**

**Saliente-se, ainda, que os dados contidos neste pronunciamento estão em conformidade com os elementos originalmente existentes na Prestação de Contas anual.**

## **7. DAS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS**

### **APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

O art. 212 da Constituição Federal determina aos municípios a aplicação de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, da receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de Transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE.

Os principais parâmetros para aferição do cumprimento do limite acima referido estão dispostos nos parágrafos do art. 212 e no art. 213, seus incisos e parágrafos, da Constituição Federal, na Lei nº 9.394, de 20/12/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e na Lei nº 11.494/07, de 20/06/2007.

A Resolução TCM nº 1276/08, que disciplinou a matéria, estabelece normas que visam o controle da aplicação dos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, institui mecanismos de comprovação da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais de Educação, e dá outras providências.

O não cumprimento da obrigação constitucional sujeita o Município à intervenção do Estado, conforme inciso III, do art. 35 da Constituição Federal e ao não recebimento de Transferências Voluntárias, previsto na alínea "b", do inciso IV, do parágrafo 1º, do art. 25 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

Conforme informações registradas no Pronunciamento Técnico, em decorrência dos exames efetuados pela Inspeção Regional de Controle Externo – IRCE na documentação de despesa que foi apresentada e registros constantes do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, foram consideradas as despesas pagas e as liquidadas até 31 de dezembro do exercício, inscritas em Restos a Pagar, com os correspondentes saldos financeiros, no total de R\$ 31.116.744,33, **o que caracteriza o cumprimento ao art. 212, da CRFB, tendo em vista que, considerando-se a receita líquida do FUNDEB, alcançou o percentual de 26,68%.**

### **FUNDEB**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi instituído pela Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.

### **FUNDEB 60% – ART. 22 DA LEI FEDERAL Nº 11.494/07**

O art. 22 da citada lei, determina que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

No exercício em análise, o Município recebeu do FUNDEB, conforme informação da Secretaria do Tesouro Nacional, o montante de R\$ 24.860.557,07. Assinale-se, também, que houve rendimento de aplicação no valor de R\$ 24.218,44.

Registra o Pronunciamento Técnico que **foi aplicado o valor de R\$ 21.096.318,70, correspondente a 84,78%, cumprindo, assim, a obrigação legal.**

### **PARECER DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB**

O art. 27 da Lei Federal nº 11.494/07, dispõe que os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

E em seu parágrafo único que as prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput deste artigo.

**Consta** dos autos o Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, **conforme disciplina o art. 31 da Resolução TCM nº 1276/08.**

### **DESPESAS GLOSADAS NO EXERCÍCIO**

Cabe assinalar, ainda, que foram glosadas pela Inspeção Regional e indicadas no Pronunciamento Técnico despesas no montante de R\$ 1.273.140,98, que não podem ser admitidas em qualquer hipótese, por ter sido constatado desvio de finalidade,

Realizada nova análise por esta Relatoria, verifica-se que as justificativas e documentos apresentadas na defesa final podem ser aceitas, sendo, portanto, reconsiderada nesta oportunidade as glosas apontadas.

### **APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

A Lei Complementar nº 141, de 13/01/2014, determina em seu art. 7º que os Municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

E em seu art. 9º que está compreendida na base de cálculo dos percentuais dos Municípios qualquer compensação financeira proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.

Além disso, dispõe em seu art. 11 que os Municípios deverão observar o disposto nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados nesta Lei Complementar para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Como também, em seu art. 25 que a eventual diferença que implique o não atendimento, em determinado exercício, dos recursos mínimos previstos nesta Lei Complementar deverá, observado o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal, ser acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente ao da apuração da diferença, sem prejuízo do montante mínimo do exercício de referência e das sanções cabíveis.

O não cumprimento da obrigação constitucional sujeita o Município à intervenção do Estado, conforme inciso III, do art. 35 da Constituição Federal e ao não recebimento de Transferências Voluntárias, previsto na alínea "b", do inciso IV, do parágrafo 1º, do art. 25 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

De conformidade com informações registradas no Pronunciamento Técnico, em decorrência dos exames efetuados pela Inspeção Regional de Controle Externo – IRCE na documentação de despesa que foi apresentada e registros constantes do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, foram consideradas as despesas liquidadas e pagas e as empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar, até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde, no total de R\$ 8.315.842,77, correspondente a **18,15%, em cumprimento ao que dispõe o art. 7º c/c o art. 24 da Lei Complementar nº 141/12.**

#### **PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

O §1º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012, dispõe que os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Aponta o Pronunciamento Técnico que **não consta** dos autos o Parecer do Conselho Municipal de Saúde, **em inobservância ao que disciplina o art. 13 da Resolução TCM nº 1277/08.**

#### **TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO**

O art. 29-A da Constituição Federal, em seu § 2º, incisos I e III, respectivamente, dispõe que: “constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, efetuar repasse à Câmara Municipal que supere os limites definidos neste artigo” ou “enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária”.



Em 2017, o valor da dotação orçamentária da Câmara Municipal correspondeu a R\$ 2.800.000,00, inferior, portanto, ao limite máximo definido pelo art. 29-A, da Constituição Federal, apurado no montante de R\$ 2.985.281,93. Deste modo, o valor da dotação citada será o considerado como limite mínimo para repasse ao Legislativo, observado o comportamento da receita orçamentária. De conformidade com o Pronunciamento Técnico, foi destinado o **montante de R\$ 2.985.281,93, cumprindo, portanto, o legalmente estabelecido.**

### **REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS**

A Lei Municipal nº 294, de 23/05/2016, dispõe sobre a remuneração dos Agentes Políticos, para a legislatura de 2017 a 2020, fixando os subsídios do Prefeito em R\$ 19.200,00, do Vice-Prefeito em R\$ 9.600,00 e dos Secretários Municipais R\$ 6.000,00.

Registre-se que os subsídios pagos ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, **no período de janeiro a dezembro**, encontram-se em consonância com o Diploma Legal citado.

## **8. DAS EXIGÊNCIAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

### **PESSOAL**

A Constituição Federal em seu art. 169 estabelece que as normas específicas para controle das Despesa com Pessoal serão dispostas em Lei Complementar.

A Lei Complementar nº 101/00 - LRF em seu art. 18 estatui de forma clara o que se entende como Despesa de Pessoal e no seu art. 19 fixa o limite da Despesa total com Pessoal em percentuais da Receita Corrente Líquida, para todos os entes da Federação, estabelecendo-o em 60% (sessenta por cento) para os Municípios.

O seu art. 20, inciso III, alínea “b”, define a repartição desse limite global, dispondo que a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) da sua Receita Corrente Líquida. Os arts. 21 a 23 estabelecem a forma de efetivação dos controles pertinentes.

E o § 3º, incisos I, II e III, do art. 23 dispõem que: “não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber Transferências Voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal”.

Além disso, a omissão na execução de medidas para a redução de eventuais excessos impõe a aplicação de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Gestor, conforme prescrito no § 1º, do art. 5º, da Lei Federal nº 10.028/00.

### **LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO EXERCÍCIO EM EXAME**

**Em que pese o entendimento do Voto do nobre Relator, no sentido da extrapolação dos gastos com pessoal, o Voto divergente do Redator seguiu o**

**entendimento dominante desta Corte, em razão do limite da despesa realizada com pessoal ter atingido patamar aceitável pela maioria do Pleno, tendo sido acompanhado por três conselheiros, tornando este decisório o vencedor da demanda.**

A despesa com pessoal da Prefeitura apurada no exercício sob exame totalizou R\$48.207.386,26, correspondente a 60,37% da Receita Corrente Líquida de R\$79.853.631,27, contudo, após nova análise realizada por esta Relatoria, em virtude das justificativas e documentos enviados na diligência final, verificou-se, que considerando as exclusões de despesas com exercícios anteriores na quantia de R\$1.546.091,09, e com a aplicabilidade das Instruções TCM nº 002/2018 e 003/2018 serão também excluídos gastos custeados com recursos federais na quantia de R\$1.152.628,04, deste modo a despesa total de pessoal passa a ser de R\$45.508.667,13 correspondente a **56,99%** da RCL, **ultrapassando o limite definido no art. 20, III, 'b', da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

Sendo o primeiro ano de mandato e o prefeito tenha iniciado sua gestão já com índice extrapolado de **58,83%**, verifica-se que não adotou de forma eficiente as medidas previstas em lei para a recondução do índice ao patamar exigido, embora sua majoração não tenha sido significativa em relação ao percentual encontrado (58,83%) no 1º e no 2º quadrimestres, cujos percentuais foram elevados para 59,74% e 63,84%, respectivamente, finalizando o exercício em exame com **56,99%**.

Assim sendo, de tudo quanto foi narrado e considerando a crise financeira, maior recessão da história do país, impactando sobremaneira as finanças municipais, sobretudo dos pequenos e médios municípios da região nordeste, diante de um Produto Interno Bruto – PIB com crescimento negativo nos últimos exercícios financeiros, ficou evidenciado que a situação de dificuldades enfrentadas pelo Executivo Municipal, certamente, contribuiu para dificultar a adoção das medidas saneadoras recomendadas com vistas à recondução da despesa total com pessoal ao limite definido na LRF, devendo, no entanto, adotar as medidas previstas no art. 169, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, consubstanciadas na redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração de servidores não estáveis. E, se essas medidas se mostrarem insuficientes, determinar a exoneração de servidores estáveis.

Por último, é conveniente deixar assentado que a Corte de Contas tem adotado este procedimento de não emitir pronunciamento pela rejeição das contas que tenham ultrapassado de forma moderada o limite máximo, como tem acontecido majoritariamente diante do fraco

desempenho da economia nacional. Demais disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal não traz em seu bojo nenhuma disposição no sentido de que ultrapassar o limite de 54% da RCL, na realização da despesa total com pessoal, deverá ser aplicada a pena capital da rejeição.

### PERCENTUAL DA DESPESA DE PESSOAL POR QUADRIMESTRE

EXERCICIO	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE
2012	-----	-----	60,18
2013	49,71	49,88	53,73
2014	63,57	61,33	62,12
2015	61,92	63,61	60,92
2016	62,01	58,46	58,83
2017	59,74	63,84	56,99 (*)

- Percentual apurado após análise da defesa apresentada pelo do Gestor

### LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL REFERENTE AOS QUADRIMESTRES

No 1º quadrimestre de 2014, a Prefeitura ultrapassou o limite definido no art. 20, III, 'b', da Lei Complementar nº 101/00 – LRF aplicando 63,57% da Receita Corrente Líquida em despesa com pessoal, **permanecendo acima do limite até o 3º quadrimestre de 2017.**

**Portanto, em razão do Chefe do Poder Executivo ter deixado de ordenar ou promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medidas para a redução do montante da Despesa Total de Pessoal, que excedeu ao limite máximo estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/00 - LRF, fica sujeito à penalidade prevista no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/00 que, no caso vertente, foi aplicada no percentual de 30% dos vencimentos anuais do gestor.**

### PUBLICIDADE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O art. 52 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF dispõe que:

"Art. 52. O relatório a que se refere o §3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (...)"

A Resolução TCM nº 1065/05 disciplina em seu art. 6º o seguinte:

"Art. 6º. O Poder Executivo municipal encaminhará ao TCM, por via documental, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e

respectivos demonstrativos com comprovação de sua divulgação até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do bimestre.

Parágrafo único. Os municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, que optarem formalmente pela divulgação semestral dos demonstrativos a que se refere o art. 53 da Lei Complementar nº 101/00, encaminharão o comprovante da divulgação referida até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do semestre."

A não divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária nos prazos estabelecidos em lei, impedirá, até que a situação seja regularizada, o recebimento de Transferências Voluntárias e a contratação de Operações de Crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, previsto no parágrafo 2º, do art. 51 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

De acordo com informações registradas nos autos, **foram encaminhados** os Relatórios Resumido da Execução Orçamentária, correspondentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, acompanhados dos demonstrativos, com os comprovantes de sua divulgação, **em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução TCM nº 1065/05 e ao quanto estabelecido no art. 52 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

O §2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/00 - LRF estatui que:

"Art. 55. (...)

§2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A Resolução TCM nº 1065/05 disciplina em seu art. 7º o seguinte:

"Art. 7º. O Relatório de Gestão Fiscal, acompanhado dos demonstrativos, será encaminhado, com o comprovante de sua divulgação, até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do quadrimestre, observado o quanto disposto no art. 63, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo único. Os municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, que optarem formalmente pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal, encaminharão o comprovante da divulgação até o dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente ao encerramento do semestre."

A não divulgação do Relatório de Gestão Fiscal nos prazos e condições estabelecidos em lei, impõe a aplicação de multa correspondente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Gestor, conforme prescrito no §1º, do art. 5º da Lei Federal nº 10.028/00 e impedirá, até que a situação seja regularizada, o

recebimento de Transferências Voluntárias e a contratação de Operações de Crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, previsto no parágrafo 2º, do art. 51 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

De conformidade com informações registradas nos autos, **foram enviados** os Relatórios de Gestão Fiscal, correspondentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestres, acompanhados dos demonstrativos, com os comprovantes de sua divulgação, **em cumprimento ao disposto no art. 7º, da Resolução TCM nº 1065/05 e ao quanto estabelecido no § 2º, do art. 55 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.**

### **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

O §4º, do art. 9º da Lei Complementar nº 101/00 – LRF dispõe que “até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º, do art. 166, da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.”

Foram apresentadas as Atas das audiências públicas concernentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestres, **cumprindo, assim, a determinação legal.**

### **TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - LEI COMPLEMENTAR Nº 131/09**

A Lei Complementar nº 131/09 acrescentou o art. 48-A e incisos à Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelecem:

“Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.”

Informa o Pronunciamento Técnico que em conformidade ao quanto preconizado na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e no Decreto Federal nº 7.185/2010, analisou as informações divulgadas no Portal de Transparência desta Prefeitura, no endereço eletrônico: <http://www.sentose.ba.gov.br/> na data de 13/06/2018 e levou em consideração as informações disponibilizadas até 31/12/2017.

Acrescentando, ainda, que os requisitos avaliados foram os instrumentos de transparência de gestão fiscal, os detalhamentos das receitas e despesas, os procedimentos licitatórios e a acessibilidade das informações, conforme Demonstrativo de Avaliação do Portal da Transparência Pública. Assinalando que Prefeitura alcançou a **nota final de 10,00** (de um total de 72 pontos possíveis),

sendo atribuído índice de transparência de 1,39, de uma escala de 0 a 10, o que **evidencia uma avaliação Crítica.**

**Dessa forma, determina-se que a Administração promova as melhorias necessárias no portal de transparência da Prefeitura Municipal, para o fiel cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 131/2009.**

**Adverte-se ao Gestor que, conforme informações do MPF, os municípios com transparência não satisfatória estarão sujeitos à ação civil pública, podendo ser agravada com a suspensão das transferências voluntárias, ação de improbidade administrativa e representação para a Procuradoria Regional da República contra os Gestores.**

### **RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**

O art. 74, incisos I a IV da Constituição Federal e art. 90, incisos I a IV e respectivo parágrafo único da Constituição Estadual, estabelecem que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, Sistema de Controle Interno, elencando nos citados incisos a sua finalidade. A Resolução TCM nº 1120/05 dispõe sobre a criação, implementação e a manutenção de Sistema de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

Conforme art. 2º, da mencionada Resolução, entende-se por Sistema de Controle Interno Municipal o conjunto de normas, regras, princípios, planos, métodos e procedimentos que, coordenados entre si, têm por objetivo efetivar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas e políticas públicas, bem como evidenciando sua legalidade e razoabilidade, avaliar os seus resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais.

O art. 4º dispõe que as atividades inerentes ao controle interno serão exercidas em todos os níveis hierárquicos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, bem como das entidades da administração indireta do município, por servidores municipais, ocupantes de cargos públicos do quadro permanente do órgão ou entidade, não sendo passíveis de delegação por se tratar de atividades próprias do Município.

Foi encaminhado o Relatório Anual de Controle Interno subscrito pelo seu responsável, acompanhado de pronunciamento do Prefeito atestando ter tomado conhecimento das conclusões nele contidas, **em atendimento ao disposto no art. 9º, item 33, da Resolução TCM nº 1060/05.**

Registra o Pronunciamento Técnico que, da sua análise, verifica-se que não foram apresentados os resultados das ações de controle interno, bem como as respostas decorrentes do acompanhamento das atividades realizadas, **descumprindo o que dispõe a Resolução TCM nº 1120/05.**

**Adverte-se a Administração Municipal para que sejam adotadas providências imediatas objetivando um funcionamento eficaz do Controle Interno, em observância aos dispositivos constitucionais mencionados, assim como à**

**Resolução TCM nº 1120/05, evitando a manutenção da atual situação que poderá vir a repercutir no mérito de contas futuras.**

## **9. DAS RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL**

### **ROYALTIES / FUNDO ESPECIAL / COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DE RECURSOS MINERAIS E HÍDRICOS – RESOLUÇÃO TCM nº 931/04**

A Constituição Federal, em seu art. 20, §1º assegura aos municípios participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, ou compensação financeira por essa exploração. A Lei Federal nº 7.990/89, instituiu para os Estados, Distrito Federal e Municípios, a compensação financeira pelo aproveitamento de recursos hídricos e minerais, incluindo-se, em relação aos últimos, a indenização pela respectiva exploração.

A decisão nº 101/02 do STF, em sede do Mandado de Segurança nº 24.312, impetrado pelo TCE/RJ, reconheceu que os recursos provenientes dos Royalties integram a receita própria dos Estados e dos Municípios.

A Resolução TCM nº 931/04, "disciplina a prestação de contas, pelos Municípios, de recursos provenientes do fundo especial/royalties de petróleo, xisto betuminoso e gás natural, orienta suas aplicações, e dá outras providências."

Assinala o Pronunciamento Técnico que no exercício em exame, o Município recebeu recurso proveniente dos **Royalties / FEP / CFRM / CFRH no total de R\$ 3.187.086,89.**

### **CIDE – RESOLUÇÃO TCM nº 1122/05**

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE foi instituída pela Lei Federal nº 10.336/01 e incide sobre a impotação e a comercialização de petróleo e seus derivados, e álcool etílico combustível, a que se referem os arts. 149 e 177, da Constituição Federal. Os critérios e diretrizes para aplicação dos respectivos recursos acham-se estabelecidos na Lei Federal nº 10.636/02.

A Resolução TCM nº 1122/05 dispõe sobre a fiscalização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, e dá outras providências.

Registra o Pronunciamento Técnico que, no exercício em exame, o município recebeu recurso proveniente da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – **CIDE no total de R\$ 78.807,76.**

## **10. DECLARAÇÃO DE BENS**

Foi apresentada a Declaração dos Bens Patrimoniais do Gestor, **em cumprimento ao art. 11 da Resolução TCM nº 1.060/05.**

## **11. QUESTIONÁRIO RELATIVO AO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM**

Foi apresentado o questionário relativo ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, em cumprimento ao disposto na Resolução TCM nº 1.344/2016.

## 12. MULTAS E RESSARCIMENTOS PENDENTES

Aponta o Pronunciamento Técnico que conforme informações a seguir, existem pendências atinentes ao não recolhimento de multas e ressarcimentos imputados a Agentes Políticos do Município por este Tribunal.

### MULTAS

Processo	Multado	Cargo	Vencimento	Valor (R\$)	Observações
09901-13	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	14/12/2013	R\$ 10.000,00	PG. E CONTAB. R\$10.000,00.PEN D. R\$563,95 REF. ATUALIZ. MON.
08038-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	11/07/2014	R\$ 1.000,00	
08040-09	Juvenilson Passos Santos	Prefeito	07/09/2014	R\$ 1.000,00	
08041-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	07/09/2014	R\$ 1.000,00	
04015-14	Sebastiao Nilton Pereira Ribeiro Braga	Presidente	05/10/2014	R\$ 1.000,00	
08039-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	08/09/2014	R\$ 1.000,00	
08037-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	08/09/2014	R\$ 1.000,00	
79922-14	Ednaldo Dos Santos Barros	Refeito Municipal	11/09/2015	R\$ 2.000,00	
09270-14	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	11/05/2015	R\$ 15.000,00	
02095-14	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito Municipal	06/08/2015	R\$ 21.600,00	
79923-14	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito Municipal	05/09/2015	R\$ 1.000,00	
04411-15	Sebastião Nilton Pereira Ribeiro Braga	Diretor	12/09/2015	R\$ 500,00	
04411-15	Dávio Paes De Castro	Diretor	12/09/2015	R\$ 2.500,00	
09136-15	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	04/03/2016	R\$ 8.000,00	
09129-15	Moacir Martins Dos Santos	Presidente Da Camara	24/01/2016	R\$ 800,00	
02631-16	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	09/07/2016	R\$ 8.000,00	
02827-15	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	02/10/2016	R\$ 2.500,00	
00093e16	Dávio Paes De Castro	Presidente	15/10/2016	R\$ 1.500,00	
02824e16	Moacir Martins Dos Santos	Presidente Da Camara	07/02/2017	R\$ 1.500,00	
02213e16	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	10/02/2017	R\$ 5.000,00	
02213e16	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	10/02/2017	R\$ 23.040,00	
79698-16	Moacir Martins Dos Santos	Presidente Da Câmara	22/04/2017	R\$ 600,00	
79698-16	Ednaldo Dos Santos Barros	Presidente Da Câmara	22/04/2017	R\$ 600,00	
79536-16	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	29/07/2017	R\$ 800,00	
03403e17	Dávio Paes De Castro	Presidente Do Saae	22/04/2018	R\$ 1.200,00	



79779-16	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	08/10/2017	R\$ 3.000,00	
79210-17	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	08/10/2017	R\$ 2.000,00	
79295-17	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito Á Época	05/11/2017	R\$ 10.000,00	
07985e17	Moacir Martins Dos Santos	Presidente Da Camara	29/01/2018	R\$ 1.200,00	
79768-16	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	30/07/2018	R\$ 3.000,00	
07227e18	Carlos Magno Da Silva Cardoso	Presidente Do Saae	20/10/2018	R\$ 2.000,00	

Processo	Responsável	Cargo	Vencimento	Valor (R\$)	Observações
04556-95	Todos Os Vereadores		18/12/1995	R\$ 1.433,51	EDIS: M <sup>a</sup> . FATIMA A. DE CARVALHO(PRES), JOSÉ A. F. BORGES, JOSÉ DE M. PAES, JOSÉ C. PACHECO, ANTONIO DA R.NETO CESAR A. B.S. SÉ, ARIIVALDO O.LIMA, ALIRIO B. BRITO, DIOGENES T. SILVA, ELOIZO REIS, ISAIAS M.SILVA, DEMOSTENES J.S.VAL
01136-01	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	12/05/2001	R\$ 1.658,00	PG. R\$4.362,26 DOCS. ENVIADOS IRCE 11/01/2011 P/ VERIFICAÇÕES REENV. EM 23/07/13
80037-10	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	30/08/2010	R\$ 7.990,00	PG. R\$8.069,90 DOCS. DOCS. ENVIADOS IRCE 11/01/2011 P/ VERIFICAÇÕES REENVIADO EM 19/06/12 CI 162/12. REENV. EM 23/07/13
80038-10	José Carlos Damasceno Da Silva	Presidente Da CM	24/08/2010	R\$ 1.300,00	PG. R\$1.300,00 DOCS. ENVIADOS IRCE 11/01/2011 P/ VERIFICAÇÕES DOCS REENVIADOS EM 19/06/12. CI 162/12 E EM 25/09/12. REENV. EM 23/07/13
80376-10	Jose Carlos Damasceno Da Silva	Presidente	02/10/2010	R\$ 3.900,00	PG. R\$3.958,50 DOC. ENVIADO IRCE 18/01/2011 P/ VERIFICAÇÕES DOCS REENVIADOS EM 19/06/12. CI 162/12 E 25/09/12. REENV. EM 23/07/13
80210-11	José Carlos Damasceno Da Silva	Presidente	15/06/2011	R\$ 24.000,00	RESSARCIMENTO A SER EFETUADO COM RECURSOS PESSOAIS DO GESTOR, EM 10(DEZ) PARCELAS MENSAIS, IGUAIS E

					SUCESSIVAS, A CONTAR DO TRANSITO EM JULGADO, RESPEITADO O DIREITO DE REGRESSO. VENC. 1ª PARCELA 15/06/11. - PR
08734-11	José Carlos Damaceno Da Silva	Presidente Da Câmara	20/04/2012	R\$ 4.106,86	
10224-11	Juvenilson Passos Dos Santos	Ex-Prefeito	03/06/2012	R\$ 865,65	RESSARCIMENTO COM RECURSOS PESSOAIS, DEVENDO OS VALORES SER ATUALIZADOS ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, SEGUNDO O PRAZO E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTS. 72 E SEGUINTE DA LC.
10224-11	Ednaldo Dos Santos Barros	Ex-Prefeito	03/07/2012	R\$ 538,11	RESSARCIMENTO COM RECURSOS PESSOAIS, DEVENDO OS VALORES SER ATUALIZADOS ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, SEGUNDO O PRAZO E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTS. 72 E SEGUINTE DA LC. - PROC. 03911-16 ENCAMINH
08487-12	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	26/01/2013	R\$ 20.665,00	PROC. 79066-15 - PG. E CONTAB. R\$20.665,00. OFICIADO CHEFE DO EXECUTIVO, REFERENTE A CORREÇÃO MONETÁRIA NO VALOR DE R\$4.766,85, E SE NÃO SANADO INSCREVER NA DÍVIDA ATIVA E AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.
09901-13	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	14/12/2013	R\$ 4.338,34	PROC. 79066-15 - PG. E CONTAB. R\$4.338,34. OFICIADO CHEFE DO EXECUTIVO, REFERENTE A CORREÇÃO MONETÁRIA NO VALOR DE R\$494,18, E SE NÃO SANADO INSCREVER NA DÍVIDA ATIVA E AJUIZAMENTO

					DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.
08038-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	11/07/2014	R\$ 3.720,00	
08040-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	07/09/2014	R\$ 3.000,00	
08041-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	07/09/2014	R\$ 3.600,00	
08039-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	08/09/2014	R\$ 3.000,00	
08037-09	Juvenilson Passos Dos Santos	Prefeito	08/09/2014	R\$ 6.200,00	
09270-14	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	11/05/2015	R\$ 28.658,08	- PROC. 03911-16 ENCAMINHADO A IRCE EM 07/06/16 PARA VALIDAÇÃO DO PAGAMENTO NO VALOR DE R\$28658,08 DATADO EM 19/11/2015 - PROC. 03911-16 - PAGAMENTO E CONTABILIZAÇÃO NÃO VALIDADA PELA IRCE
79922-14	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito Municipal	11/09/2015	R\$ 6.738,70	- PROC. 03911-16 ENCAMINHADO A IRCE EM 07/06/16 PARA VALIDAÇÃO DO PAGAMENTO NO VALOR DE R\$6738,70 DATADO EM 19/11/2015 - PROC. 03911-16 - PAGAMENTO E CONTABILIZAÇÃO NÃO VALIDADOS PELA IRCE
79923-14	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito Municipal	05/09/2015	R\$ 32.611,46	- PROC. 03911-16 ENCAMINHADO A IRCE EM 07/06/16 PARA VALIDAÇÃO DO PAGAMENTO NO VALOR DE R\$32611,46 DATADO EM 19/11/15 - PROC. 03911-16 - PAGAMENTO E CONTABILIZAÇÃO NÃO VALIDADA PELA IRCE.
09136-15	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito	24/01/2016	R\$ 28.990,41	
02631-16	Ednaldo Dos Santos Barros	Prefeito Municipal	09/07/2016	R\$ 818.230,00	

Em que pese as justificativas trazidas aos autos pela Gestora, assinale-se, por pertinente, **que o Município tem obrigação de promover a cobrança, inclusive judicialmente, dos débitos impostos pelo TCM, aos seus gestores**, ressaltando que respeitadamente às **MULTAS**, dita cobrança **TEM** de ser efetuada **ANTES DE VENCIDO O PRAZO PRESCRICIONAL, "SOB PENA DE VIOLAÇÃO DO DEVER**

## **DE EFICIÊNCIA E DEMAIS NORMAS QUE DISCIPLINAM A RESPONSABILIDADE FISCAL”.**

Neste sentido, fica advertido o Gestor que as decisões dos Tribunais de Contas impositivas de apenação de multas, ou de ressarcimentos, aos agentes públicos, têm eficácia de título executivo extrajudicial, na forma constitucionalmente prevista, caso não adimplidas voluntariamente, geram créditos públicos executáveis judicialmente, denominados **DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**.

**Assim, é dever da administração a cobrança do débito, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE DO AGENTE QUE SE OMITIU AO CUMPRIMENTO DE SUA OBRIGAÇÃO.**

No que concerne, especificamente, às **MULTAS**, a omissão do Gestor que der causa à sua prescrição resultará em lavratura de **TERMO DE OCORRÊNCIA** a fim de ser ressarcido o prejuízo causado ao Município, cujo ressarcimento, caso não concretizado, importará em **ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, pelo que este TCM formulará Representação junto à Procuradoria Geral da Justiça.

### **13. DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Tramita nesta Corte de Contas o Termo de Ocorrência tombado sob o nº 79490-17, em fase de instrução. Ressalta-se que o presente Voto é emitido sem prejuízo do que vier a ser decidido a respeito.

Tramita neste Tribunal a Denúncia autuada sob o nº 10938e18. Ficam ressalvadas as conclusões futuras, sendo este Voto emitido sem prejuízo do que vier a ser apurado no citado processo.

Registre-se, também, a tramitação de outros processos em fase de instrução, cujos méritos não foram aqui considerados, pelo que ficam ressalvadas as conclusões futuras, sendo este Voto emitido sem prejuízo do que vier a ser apurado.

### **14. CONCLUSÃO**

**Assim sendo, tendo em vista os elementos de convicção trazidos aos autos, em sede de divergência acatada pelo Pleno, entende-se pela alteração do decisório para excluir a Rejeição anteriormente proposta, mantendo-se, todavia, as multas propostas pelo Relator.**

Diante do exposto e tudo o mais que consta do processo, com arrimo no art. 40, inciso II, combinado com o art. 42, todos da Lei Complementar nº 06/91, vota-se pela emissão de Parecer Prévio no sentido de **APROVAR, porque regulares, porém com RESSALVAS, as Contas da Prefeitura Municipal de Santo Sé, relativas ao exercício financeiro de 2017, constantes deste Processo, de responsabilidade da Sra. Ana Luiza Rodrigues da Silva Passos.**

**Verifica-se ainda as seguintes ressalvas:**

- ✓ infringência ao disposto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/00 (PESSOAL), irregularidade constante, ainda, no art. 2º, incisos IX e X, da Resolução TCM nº 222/92;
- ✓ as consignadas no Relatório Anual;
- ✓ falhas técnicas na abertura e contabilização de créditos adicionais;
- ✓ déficit na execução orçamentária configurando desequilíbrio das Contas Públicas;
- ✓ apresentação de Balanços e Demonstrativos contábeis contendo irregularidades;
- ✓ relação de valores e títulos da dívida ativa não atende ao disposto no item 28, do art. 9º, da Resolução TCM nº 1060/05;
- ✓ não atendimento às exigências do item 18, do art. 9º, da Resolução TCM nº 1060/05, quanto a ausência da Certidão da Relação dos Bens Patrimoniais do exercício;
- ✓ ausência do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em descumprimento ao que disciplina a Resolução TCM nº 1277/08;
- ✓ relatório de Controle Interno não atende às exigências legalmente dispostas no art. 74, da Constituição Federal e art. 90, da Constituição Estadual e da Resolução TCM nº 1120/05;
- ✓ não cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 131/09 – Transparência Pública;
- ✓ ausência de documentos exigidos e considerados essenciais pelas normas e Resoluções deste Tribunal.

Determina-se a emissão de **DELIBERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO**, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 06/91 e do estatuído no art. 13, § 3º, da Resolução TCM nº 627/02, tendo em vista as irregularidades praticadas pelo Gestor e registradas nos autos.

**Dela devendo constar:**

- I. Com base no art. 71, incisos I e II, da mencionada Lei Complementar nº 06/91, **a multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.
- II. Em razão de ter deixado de ordenar ou promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que excedeu ao limite máximo estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/00, GF), da Lei Complementar nº 101/00 – LRF, com lastro no art. 5º, §1º, da Lei nº 10.028/00, aplica-se ao mesmo a multa, no valor de R\$ 69.120,00 (sessenta e nove mil, cento e vinte reais), correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais,

As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao erário municipal, na forma estabelecida nas Resoluções TCM nº 1124/05, combinado com o disposto na Resolução TCM nº 1345/06, sob pena de se adotar as medidas preconizadas no art. 74 da multicitada Lei Complementar.

**Determina-se ainda:**



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

**À Gestora**

I) Proceder nas Demonstrações Contábeis, a regularização dos valores lançados incorretamente ou não demonstrados, porventura necessários, de acordo com o disposto no item 6 deste opinativo.

**À SGE**

I) Cópia deste opinativo ao Gestor das referidas Contas e ciência à 1ª Diretoria de Controle Externo - DCE para acompanhamento.

**SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA**, em 18 de dezembro de 2018.

**Cons. Fernando Vita**  
**Presidente em Exercício**

**Conselheiro Plínio Carneiro Filho**  
**Redator**

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br) e acesse o formato digital assinado eletronicamente.